

EXPEDIENTE: Publicação do Sindicato dos Trabalhadores no Poder Judiciário Federal no Estado de Santa Catarina – Filiado à FENAJUFE - Rua dos Ilhéus, 118, sobreloja, sala 3, Edifício Jorge Daux, CEP 88010-560, Centro, Florianópolis/SC Fone/FAX: (048)3222.4668

imprensa@sintrajusc.org.br
www.sintrajusc.org.br

Produção: Míriam Santini de Abreu (MTb 8077/RS) - Tiragem: 700 exemplares

Nº 906

AUMENTA A PRESSÃO PARA GARANTIR REAJUSTE

A Fenajufe reuniu-se com a assessora parlamentar Clara Maria Alves de Souza e com o secretário executivo Adlei Cristian Carvalho, do Conselho Superior da Justiça do Trabalho (CSJT), para pedir que o Conselho intervenha nas negociações a respeito da previsão orçamentária do novo PCS dos servidores.

Os dirigentes da Federação explicaram o andamento do projeto, as manobras feitas por alguns parlamentares que fazem parte da bancada governista na Câmara que atrasaram a votação na Comissão do Trabalho e também as dificuldades em relação ao fechamento de um acordo entre a cúpula do Judiciário Federal, o Ministério do Planejamento e o Legislativo para garantir o orçamento necessário à implementação do novo PCS.

Sobre a audiência pública marcada para o dia 27 de abril, foi dito que ela poderia ter sido evitada se o referido acordo já estivesse fechado com o Executivo. A Fenajufe também informou que a categoria aprovou um calendário de mobilização, que inclui o indicativo de Greve para o início de maio.

Em resposta às ponderações dos dirigentes sindicais, a assessora parlamentar da presidência do CSJT disse que, desde o início dos trabalhos relativos ao PCS do Judiciário, tanto o TST quanto o Conselho se empenharam no sentido de agilizar o andamento do projeto. Ela salientou, no entanto, que não "adianta acelerar a tramitação do projeto na Comissão de Trabalho se a dificuldade maior será na Comissão de Finanças, uma vez que não há previsão no Orçamento".

Segundo Clara, após receber uma resposta do Ministério do Planejamento sobre a prévia com todos os projetos da Justiça do Trabalho, enviada ao setor responsável, o presidente do TST e do CSJT, ministro Milton de Moura França, poderá marcar uma conversa com o ministro Paulo Bernardo para discutir o PCS. "Assim que tivermos o re-

sultado da prévia, vamos conversar com o MPOG. Precisamos garantir a previsão na lei orçamentária o quanto antes", ressaltou.

Os coordenadores da Fenajufe também reivindicaram que a direção da Justiça do Trabalho entre em contato com o STF, por meio do diretor geral Alcides Diniz. Ao final, falaram da audiência pública do dia 27 de abril e sugeriram que os representantes dos tribunais compareçam para dar apoio à aprovação do PL 6613/09. "O ministro presidente do CSJT é sensível ao pleito dos servidores desde o início e continuará sendo", garantiu Adlei Cristian Carvalho, secretário executivo do Conselho.

PRÓXIMAS AUDIÊNCIAS

A Fenajufe continuará as conversas com os representantes dos tribunais superiores e chefes dos órgãos do Ministério Público, com o objetivo de pedir empenho nas negociações referentes aos PCSs do Judiciário e do MPU. Para esta semana já estão confirmadas audiências no CJF e no CNMP.

Com informações da Fenajufe

Mobilização nos estados

BAHIA: envio de comitiva a Brasília e paralisação de 48 horas nos dias 27 e 28

JUSTIÇA DO TRABALHO DO AMAZONAS E DE RORAIMA: 48 horas de paralisação nos dias 27 e 28 de abril

RIO DE JANEIRO: aprovou indicativo de Greve para o dia 6 de maio, mas seguirá o que for decidido na Reunião Ampliada da Fenajufe no dia 2 de maio

MINAS GERAIS: aprovou estado de Greve e o indicativo de Greve para 5 ou 6 de maio

SC PARALISA DUAS HORAS

Os servidores em SC irão fazer paralisação de duas horas no dia **27 de abril**. Nesta data será realizada audiência pública para debater o PL 6613/09 (PCS do Judiciário). A previsão é que o projeto seja votado na sessão da Comissão de Trabalho e Serviço Público da Câmara dos Deputados (CTASP) no dia **28 de abril**. É fundamental que na Capital e no interior do estado os servidores paralise as atividades para mostrar que a categoria está preparada para, se necessário, iniciar Greve em maio.

PRESSIONE OS DEPUTADOS

Acesse o site da Fenajufe, www.fenajufe.org.br, para enviar carta aos deputados da CTASP pela aprovação do PL 6613/2009. Há um formulário-padrão que é remetido a todos, que são os seguintes:

PMDB/PT/PP/PR/PTB/PSC/PTC/PTdoB

Alex Canziani PTB/PR

Chico Dalto PP/MT

Edgar Moury PMDB/PE

Emilia Fernandes PT/RS

Eudes Xavier PT/CE

Fernando Nascimento PT/PE

Geraldo Pudim PR/RJ

Gorete Pereira PR/CE

Luciano Castro PR/RR

Luiz Carlos Busato PTB/RS

Paulo Rocha PT/PA

Sabino Castelo Branco PTB/AM

Sérgio Moraes PTB/RS

Vicentinho PT/SP

Wilson Braga PMDB/PB

PSDB/DEM/PPS

Andreia Zito PSDB/RJ

Thelma de Oliveira PSDB/MT

PSB/PDT/PCdoB/PMN

Daniel Almeida PCdoB/BA

Júlio Delgado PSB/MG

Manuela D'ávila PCdoB/RS

Mauro Nazif PSB/RO

Paulo Pereira da Silva PDT/SP

Vanessa Grazziotin PCdoB/AM

PV

Roberto Santiago PV/SP

TRAMITAÇÃO DO PCS

Saiba como o PL 6613/2009 caminha na Câmara dos Deputados:

A Mesa Diretora da Câmara dos Deputados indicou as Comissões permanentes onde o PL nº 6613/09, que altera dispositivos da Lei nº 11.416/2006, Plano de Carreira dos Servidores do Poder Judiciário da União, tramitará, e ainda a forma e regime de tramitação.

Segundo o despacho da Mesa a proposição tramitará nas Comissões de Trabalho, Administração e Serviço Público - CTASP, Finanças e Tributação - CFT, e Constituição, Justiça e Cidadania - CCJC.

À CTASP compete manifestar-se sobre o mérito do projeto de lei em exame. Já a CFT se manifesta sobre a adequação financeira ou orçamentária da proposição, e a CCJC quanto à constitucionalidade ou juridicidade da matéria.

O regime de tramitação do projeto de lei é de prioridade. Segundo o Regimento Interno da Câmara, as Comissões deverão obedecer ao prazo de dez sessões para examinar a proposição.

O projeto ainda está sujeito à apreciação conclusiva nas Comissões, rito de tramitação pelo qual o projeto não precisa ser votado pelo Plenário, apenas pelas Comissões designadas para analisá-lo.

O projeto perderá esse caráter em duas situações:

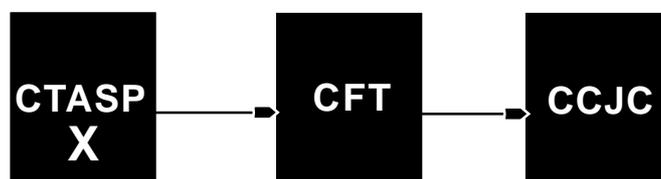
- se houver parecer divergente entre as Comissões (rejeição por uma, aprovação por outra);
- se, depois de aprovado pelas Comissões, houver recurso contra esse rito assinado por 51 deputados (10% do total).

Nos dois casos, o projeto precisará ser votado pelo Plenário.

Em 02/02/2010, o líder do PSB, deputado Rodrigo Rollemberg, apresentou requerimento de urgência. O requerimento não foi apreciado por acordo dos líderes.

Se aprovada a urgência em Plenário, o PL 6613/2009 segue direto a Plenário.

ONDE ESTÁ O PROJETO



CÂMARA DOS DEPUTADOS